

# GÊNERO E MEMÓRIA: NARRATIVAS CONTRA- HEGEMÔNICAS DAS ORGANIZAÇÕES ARMADAS ARGENTINAS DA DÉCADA DE 1970

Amanda Monteiro  
Diniz Carneiro

Doutoranda em História pela  
Universidade Federal de Juiz  
de Fora (UFJF).

Recebido: 20/05/2022  
Aprovado: 28/06/2022

## RESUMO

Neste trabalho, pretendemos apresentar a importância das análises com ênfase nas relações de gênero para demonstrar como as práticas sociais são permeadas por relações de poder, que negam ou permitem vivências, a depender da “classificação social” de cada um dos sujeitos (gênero, classe, raça, região, idade...). Partindo desse princípio e com o objetivo de salientar os desafios e a vulnerabilidade feminina nos espaços de luta armada argentina nos anos de 1970, analisamos depoimentos de mulheres sob a perspectiva de gênero, buscando uma compreensão de suas lutas nos espaços “tradicionalmente” masculinizados dos grupos armados. Nossa proposta é desvelar relações de dominação “naturalizadas” nas experiências específicas dessas mulheres, e nesse contexto, compreender, os processos de “performance” feminina, empreendidos para vencer as limitações e hierarquias gênero. Ao revelar as especificidades das experiências dessas mulheres, contribuimos com a construção de uma narrativa historiográfica mais democrática, elucidando, através das memórias, peculiaridades dessas experiências a partir das mais diversas formas de dominação.

## PALAVRAS-CHAVE

Gênero; Luta Armada; Relações de Poder.

## Introdução

**N**os anos de 1960 e 1970 o mundo vivia uma intensa agitação política e cultural. A Revolução Cubana, a Revolução Chinesa, a Guerra do Vietnã, o processo de libertação da Argélia, entre outros, projetava a ideia de revolução, a possibilidade de chegar ao poder através das armas e superar as “injustiças do capital”. Na Argentina, o cenário não foi diferente. As ideias de Revolução, Violência Justa e transformação social estavam na ordem do dia. Nesse contexto, inúmeras organizações e grupos críticos às práticas tradicionais dos partidos comunistas e socialistas se apresentaram. Eram formadas em sua maioria por jovens com objetivos voltados à valorização da ação direta sem intermediários, nesse sentido, o confronto e a violência eram enaltecidos em detrimento do jogo político parlamentar burocrático e hierárquico, comuns nos partidos mais tradicionais de esquerda. Como sabemos, neste mesmo período, na Argentina e em outros países da América Latina, muitas mulheres se inseriram nos espaços públicos e se associaram a grupos armados.

Nessa perspectiva, nas páginas seguintes, pretendemos compreender de que maneiras as mulheres se estabeleceram nos espaços políticos das organizações armadas, espaços estes “reservados”, exclusivamente aos homens. Assim, além da análise da bibliografia que versa sobre a temática, analisamos depoimentos de mulheres militantes, com o intuito de compreender suas experiências específicas e estratégias empreendidas para vencer limitações e hierarquias gênero.

Organizamos o artigo em duas partes. Na primeira, vamos abordar o processo de formação das organizações armadas e os impactos dos ideais da Nova Esquerda na construção de padrões de militância. Na segunda, vamos apresentar os desafios e estratégias das mulheres militantes para se inserirem nos espaços das organizações armadas, destacando, principalmente, suas experiências e singularidades através da análise dos seus depoimentos.

Os depoimentos apresentados neste artigo foram recolhidos a partir do mapeamento de trabalhos já realizados por outros pesquisadores. São eles: *Mujeres guerrilleras*, de Marta Diana; “Relatos de militancia femenina en los años 70, cuando todo pareció a punto de cambiar”, da revista *Testimonios*, de Patricia Graciela Sepúlveda; “La participación femenina en las organizaciones armadas de los años 70”, também da revista *Testimonios*, de Paola Martínez; “La participación de las mujeres en la lucha armada. Córdoba, Argentina, 1970-1973”, de Ana Noguera; *Memória de mulheres*, o volume 5 de “Cuadernos de la memoria”, organizado por María Rosa Gómez para o Instituto Espacio para la Memoria; O livro *Memórias das mulheres do Exílio*, organizado por Albertina de Oliveira Costa; Valentina da Rocha Lima; Norma Marzola e Maria Teresa Porciuncula Morais. A obra *Gênero, feminismos e ditaduras no cone sul*, organizada por Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff e o artigo Narrativas da guerrilha no feminino (Cone Sul, 1960-1985), de Cristina Scheibe Wolff, publicado na Revista *história unisinos*.

## As Organizações Armadas Argentinas Partido Revolucionário de los Trabajadores/ Ejército Revolucionario del Pueblo e Montoneros

Na Argentina, as ideias de revolução, violência justa, guerrilhas urbanas e rurais, transformação política, bem como o anti-imperialismo foram de fundamental importância para a formação dos novos grupos de esquerda radicalizados.<sup>1</sup> Além disso, o cenário argentino descrito por Ezequiel Adamovsky como de desigualdade social, exploração nacional por parte das empresas internacionais e injustiças sociais, sofridas principalmente pelos setores pauperizados, também contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento de tais grupos. Os jovens que formavam a nova esquerda<sup>2</sup> acreditavam que a única saída para a Argentina seria pela luta armada.

Dessa maneira, partir dos anos 1960, muitos foram os grupos radicalizados de esquerda que se formaram, vários deles provenientes do peronismo, mais especificamente da esquerda peronista.<sup>3</sup> Entre esses grupos estavam Montoneros, Juventude Peronista (JP), Forças Armadas Peronistas (FAP), Forças Armadas Revolucionárias (FAR) e outros. No entanto, como afirma Adamovsky, é nos fins da década de 1960 que a formação desses grupos se intensifica. Segundo o autor,<sup>4</sup> “Las cosas, sin embargo, cambiaron rápidamente a partir de fines de los sesenta, sobre todo gracias al impacto del Cordobazo.”<sup>5</sup> Assim, de acordo com Adamovsky, nos fins da década de 1960 havia se formado mais

---

1 Ezequiel Adamovsky, *Historia de las clases populares en la Argentina (1880-2003)*. 2. ed. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2012.

2 De acordo com Maria Paula Araújo, a expressão “Nova Esquerda” (new left) se originou nos anos de 1960 através de um grupo de historiadores ingleses oriundos do Partido Comunista Britânico, que incluía nomes como: Eric Hobsbawn, E. P. Thompson, Perry Anderson, Christopher Hill, entre outros. O referido grupo contribuiu tanto para a escrita da história quanto para o debate no interior do marxismo. A Nova Esquerda, embora crítica em relação aos partidos comunistas e socialistas, se mantinha dentro dos paradigmas gerais do marxismo. Buscava inspiração em outras fontes como Trotski, Rosa Luxemburgo, Gramsci, Mao. Por não romper totalmente com o marxismo e procurar referências dentro desta cultura, se intitulavam como “Nova Esquerda.” Dessa forma, a construção da nova esquerda se baseava em novas práticas e novos valores em que o fundamental eram a ação direta sem intermediários, o pragmatismo e o confronto. Era constituída em sua maioria por jovens que se organizaram em grupos críticos aos partidos socialistas e comunistas. (Maria Paula Araújo, *Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970*. In: Carlos Fico, *et al. Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 247-273).

3 O peronismo englobava uma direita e uma esquerda com diferentes ideais. A direita peronista era constituída pela corrente sindical-burocrata e por grupos empresariais que se beneficiavam com a política protecionista e antiliberal estabelecida pelos governos de Perón (1946-1955, 1973-1974). Além desses, a direita era constituída também por organizações paramilitares que incitavam o terror em nome de uma bandeira peronista. Já a esquerda peronista era composta, em sua maioria, por jovens que acreditavam que a luta dos trabalhadores seria o alicerce principal para a luta - inspirada na revolução e não na democracia - contra o imperialismo e o fim do capitalismo. Era caracterizada como um grupo que se sustentava na figura de Perón, mesmo que esse não compartilhasse da sua posição ideológica. (Marina Maria de L. Rocha, *Uma onda de lama e sangue ameaça cobrir a República: os discursos sobre a violência no governo de Isabelita Perón (junho de 1975 - março de 1976)*. 2011. 207 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Filosofia) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: <[www.historia.uff.br/stricto/td/1479.pdf](http://www.historia.uff.br/stricto/td/1479.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2014).

4 Ezequiel Adamovsky, *Historia de las clases populares en la Argentina*, p. 259.

5 O Cordobazo ocorreu em um contexto de modernização excludente e de intensa repressão. Desde junho de 1966, com o golpe militar que levou o general Juan Carlos Onganía à presidência, a repressão se

de quinze organizações guerrilheiras que propunham como método a luta armada. Foi nesse contexto que as organizações armadas Montoneros e Partido Revolucionário de los Trabajadores/ Ejército Revolucionario del Pueblo se apresentaram.

O grupo armado Montoneros surgiu a partir de duas vertentes principais: o Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo<sup>6</sup> e o peronismo. O Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo foi uma das suas principais bases de formação, pois a maior parte dos seus fundadores era proveniente desse universo católico. Dessa forma, o grupo se consolidou e desenvolveu com muitas marcas desse movimento. Dessa maneira, a organização era constituída em sua maioria, por jovens que tinham a pretensão de transformar a Argentina em um país socialista nacional. O grupo atuava em assaltos a bancos, sequestros, entre outras ações, com o objetivo de arrecadar dinheiro e armas para, segundo eles, serem usados na construção de uma nação livre, justa e soberana.

O Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT) se formou em 1965 a partir da fusão de dois grupos: FRIP (Frente Revolucionario Indoamericano Popular), vinculada aos trabalhadores açucareiros do noroeste argentino e dirigida pelos irmãos Santucho (Mario Roberto, Francisco René e Oscar Asdrúbal); e PO (Palabra Obrera), organização trotskista com atuação entre estudantes universitários e trabalhadores industriais em Buenos Aires, Córdoba, Tucumán e Rosário, dirigida por Nahuel Moreno. A origem do PRT está diretamente ligada à conjuntura política da época, marcada por uma generalização de ações de protesto dos trabalhadores por motivos ligados às demandas sociais.<sup>7</sup>

No ano de 1968, a partir de um processo de intensos debates acerca da adesão da luta armada, o PRT se dividiu formando duas novas organizações. Por um lado, o *PRT- La verdad*, que ficou sob direção de Nahuel Moreno, e por outro, o *PRT- El combatiente*, sob coordenação de Mario Roberto Santucho.<sup>8</sup> Nessa perspectiva, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores/Exército Revolucionário do Povo (PRT/ERP) se consolidou em 1970. A partir do *V Congreso* do PRT foi fundado o ERP (com

---

acentuou de forma significativa na Argentina. Todas as correntes e manifestações da vida política foram expressamente proibidas. Além disso, o mal-estar dos trabalhadores era visível, sobretudo com a implantação do plano anti-inflacionário, que incluiu o corte de gastos públicos, a desvalorização do peso, o aumento de tarifas e o estímulo à instalação de transnacionais. Nesse sentido, o Cordobazo foi uma espécie de resistência ao referido contexto, tendo ocorrido nos dias 29 e 30 de maio de 1969, na cidade de Córdoba, envolvendo inúmeros jovens que defendiam uma bandeira anti-imperialista. De acordo com Adamovsky (2012), o Cordobazo derivou em uma verdadeira insurreição popular. Os atores decisivos desta revolta foram os operários das automotrizes e da rede de energia elétrica, bem como os estudantes. Os primeiros vinham acumulando motivos para o descontentamento. Os estudantes também tinham motivos para detestar a ditadura, tendo em vista o controle e a repressão colocados nas Universidades. Após o Cordobazo, os jovens se entusiasmaram e um massivo alistamento em organizações de esquerda marcou aquele período. Os valores da esquerda tradicional, tais como o socialismo soviético, foram rejeitados, e uma nova perspectiva, ligada ao “socialismo nacional”, foi eleita pelos jovens dos novos grupos de esquerda. (Ezequiel Adamovsky, *Historia de las clases populares en la Argentina*, 2012.)

6 O Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo (MSTM) foi considerado o maior e mais influente movimento dentre aqueles ligados à Teologia da Libertação na Argentina. Em linhas gerais, foi uma agrupação composta exclusivamente por sacerdotes cujo objetivo principal era a conscientização do povo argentino no que tange à situação de injustiça que se vivia no país. (Mónica Mangione, *El Movimiento de Sacerdotes para el Tercer Mundo*. Santa Fé: Último Recurso, 2004).

7 Brenda Rugar, *Dirán hubo gigantes aquí: izquierda, peronismo y clase obrero en los '60 y '70*. Quilmes: Extramuros, 2017.

8 Brenda Rugar, *Dirán hubo gigantes aquí: izquierda, peronismo y clase obrero en los '60 y '70*, 2017.

a adesão da luta armada).

De acordo com Pozzi,<sup>9</sup> o PRT-ERP foi uma das principais organizações guerrilheiras da Argentina, era constituído principalmente por jovens estudantes e trabalhadores de todas as idades, inspirados principalmente na revolução contra o imperialismo. Tinham como objetivo principal vencer o imperialismo e instaurar um sistema socialista na Argentina.

Em meio a este cenário de grande mobilização social, muitas mulheres se inseriram nos espaços de luta política, legitimadas, principalmente, pelo radicalismo político oriundo das décadas de 1960 e 1970. A presença massiva das mulheres nos espaços públicos expressava a ruptura com “normas tradicionais” de anos anteriores, que estabeleciam espaços diferenciados para homens e mulheres e a subordinação feminina ao poder masculino.

No entanto, apesar das inúmeras modificações ocorridas nos anos de 1970, muitas demandas por igualdade de gênero não haviam sido consolidadas. Os novos grupos de esquerda da década de 1970, por exemplo, não romperam com hierarquizações de gênero. Apesar de se afirmarem como revolucionários e defensores da liberdade e justiça social, reproduziam lógicas sociais de dominação.

Nesse contexto, com o intuito de compreender melhor toda essa problemática, abordaremos, a seguir, relatos de mulheres militantes que expressam suas lutas nos espaços “tradicionalmente” masculinizados dos grupos armados.

## As Mulheres e as Organizações Armadas Argentinas

A partir de meados do século XX, podem-se observar a presença e atuação das mulheres nos mais diversos espaços públicos, rompendo com modelos femininos de décadas anteriores.<sup>10</sup> As funções delegadas socialmente às mulheres, foram, aos poucos, sendo questionadas. Sobre o assunto, afirma Sepúlveda:

(...) Os costumes estavam mudando e no seio das famílias, sobretudo de classe média, deixava-se às jovens maiores espaços de liberdade e independência. O casamento deixou de ser a opção única e o convívio sem casar foi uma possibilidade. Questionaram-se os papéis de gênero, e as esperanças depositadas no casamento mudaram (tradução nossa).<sup>11</sup>

No entanto, é importante ressaltar que essas modificações não ocorreram de forma abrupta. As gerações anteriores, embora em muitos momentos não tivessem conseguido alcançar ganhos como a geração dos 70, já apresentavam algumas formas de negação àquela ordem social. Como destaca Martínez,<sup>12</sup> a partir dos testemunhos de militantes de grupos de esquerda da década de 1970,

9 Pablo Pozzi, *Por las sendas argentinas: el PRT-ERP, la guerrilla marxista*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2004.

10 Lilian Ferro, *Mujeres y participación política en los 70*. El caso de Santa Fe. In: DOMINGUEZ, Nora et al. *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005. p. 190-208.

11 Patricia Graciela Sepúlveda, *Relatos de militancia femenina em los años '70, cuando todo pareció a punto de cambiar*. *Testimonios*, Rosário, n. 5, p. 66-89, 2016, p. 60. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/testimonios/article/view/18535>. Acesso em: 3 de jun. 2016, p. 418.

12 Paola Martínez, *La participación femenina en las organizaciones armadas de los años 70*. *Testimo-*



a vontade de mudança e a forte vocação no âmbito social estavam enraizadas na família de muitas militantes. Isso nos leva a pensar que as modificações que eclodiram nas décadas de 1960 e 1970 já estavam sendo gestadas, desde gerações anteriores, pelas mães e avós das militantes dos 70. Grande parte dessas militantes caracterizaram suas mães e avós como transgressoras da ordem social, uma vez que se destacaram e assumiram funções que não eram aceitas para mulheres naquele momento.

Diante disso, podemos entender uma das razões que explicam o aparecimento e a atuação feminina nas organizações armadas, rompendo com a exclusividade masculina principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970, quando a participação das mulheres alcançou números superiores comparados com períodos anteriores.<sup>13</sup>

Entretanto, apesar do avanço que significou a participação das mulheres em organizações armadas, bem como, o rompimento com a lógica do espaço privado como o único permitido às mulheres, é importante destacar, que ainda continuaram carregando o fardo da subalternidade. No depoimento abaixo, podemos notar que nem sempre as mulheres eram responsáveis por todas as obrigações de cunho doméstico, porém as tarefas de maior prestígio e o processo de tomada de decisões eram atribuições masculinas. Segue depoimento de Vânia,<sup>14</sup> militante de uma organização armada:

Não é que as mulheres tivessem tarefas diferentes dos homens, não. Era um processo natural: no começo éramos todos iguais, mas no fim as mulheres ficavam no movimento estudantil. Nós participávamos das ações, mas os treinamentos para as mulheres eram menos intensivos. E além do mais, tínhamos a tarefa fundamental de manter as casas. Isso não estava escrito em parte nenhuma, mas na prática todas as mulheres faziam isso. Em relação às tarefas domésticas, todos os homens eram meio domésticos, lavavam pratos. Não era grande desdouro, não era essa a questão. Naquele esquema isto fazia parte do espírito revolucionário. A mulher deixou de ser virgem, o homem deixou de ser macho, lava pratos, faz comida, é bom cozinheiro. Eu acho que isso não era o fundamental. As análises, as grandes análises, a estratégia e a tática, isso era o que importava. E isso eram eles que faziam.<sup>15</sup>

---

*nios*, n. 2, p. 37-55, 2011. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/testimonios/article/view/31572>. Acesso em: 20 de fev. 2020.

13 De acordo com Cristina Wolff, durante as décadas de 1960 e 1970 o número de mulheres militantes em organizações armadas ultrapassava muito a participação em décadas anteriores nos Partidos tradicionais de esquerda. A autora explica que essas organizações surgiram vinculadas principalmente aos movimentos estudantis universitários e secundaristas, além de ter influências da igreja católica. O número de mulheres universitárias era bem maior que em épocas anteriores. (Cristina Sheibe Wolff, *Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 19-38, 2007, p. 23. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/6nTzhqFjZkMvtRV5d7ydHHr/>. Acesso em 03 de mar. 2022).

14 O depoimento de Vânia foi retirado do livro *Memórias das mulheres do Exílio*, organizado por Albertina de Oliveira Costa; Valentina da Rocha Lima; Norma Marzola e Maria Teresa Porciuncula Moraes, foi publicado no ano de 1980. Assim como Vânia, as outras depoentes do livro não assinaram seus nomes completos, consta apenas o primeiro nome ou um pseudônimo. De acordo com informações citadas pela própria depoente, sua militância ocorreu em uma organização armada no Brasil. Enfatiza que sua família tinha uma estrutura muito conservadora e que seu pai era repressivo e moralista. Era uma família de intelectuais que se interessava por política. Queriam que Vânia tivesse uma profissão, em razão disso, Vânia relata que não aprendeu realizar tarefas domésticas.

15 Albertina de Oliveira Costa; Valentina da Rocha Lima; Norma Marzola; Maria. Teresa Porciuncula

O militante Raul Castillo,<sup>16</sup> que foi integrante da organização Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR) do Chile, admitia, que embora considerasse importante a presença das mulheres na organização, na prática, era difícil considerá-las como iguais. Na verdade, estavam sempre querendo conquistá-las<sup>17</sup>. Desse modo, pode-se perceber que o gênero tinha um peso desmedido nas relações entre militantes. Antes mesmo de qualquer atuação já existia um padrão comum de tratamento para as mulheres. Eram consideradas “diferentes”, e, em razão disso, muitas vezes suas ações eram limitadas e direcionadas a certas funções, vistas como “mais apropriadas” ao feminino. Nesse sentido, os estereótipos criados a partir do feminino, restringiram a manifestação de muitas competências das mulheres nos espaços da luta armada e da revolução, destinados constantemente ao masculino.

Uma militante<sup>18</sup> do MIR da Bolívia, afirma que às mulheres sempre se designavam tarefas servis, “(...) eram as mulheres que serviam café nas reuniões, éramos as que davam recadinhos, éramos secretárias, mas não tínhamos voz nem voto nas decisões políticas”.<sup>19</sup> Para Miguel:

(...) apesar dos avanços da presença das mulheres na política nas últimas décadas, o discurso político delas continua carregando os signos de sua subalternidade social. A associação convencional entre a mulher e o cuidado repercute fortemente na ação no campo político, fazendo com que elas se dirijam de maneira prioritária para questões vinculadas a assistência social, família ou educação. As mulheres na política são incentivadas a se mover em um círculo reduzido de temáticas tidas como apropriadas e que, por mais relevantes que sejam em si mesmas, são consideradas menos importantes e contribuem para segregá-las nas posições menos centrais do campo. (...) Em suma, o campo político impõe às mulheres alternativas sempre onerosas, de forma bem mais pesada com que faz com seus competidores do sexo masculino.<sup>20</sup>

---

Moraes. (Org.) *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

16 Raul Flores Castillo nasceu em Santiago, no dia 5 de agosto de 1952. A família era operária, e seu pai tinha grandes vínculos com o sindicato. Sua mãe vinha de uma família de esquerda, vinculada ao movimento operário do Norte. A partir dos 17 anos começou a participar dos movimentos de esquerda. Foi militante do Movimiento de Izquierda Revolucionária (Raul Flores Castillo, Depoimento. *Projeto Cone Sul: ditaduras, gênero e feminismos (1960-1990)*. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff [digital]. Chile, 27 de jun. 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/220939/Raul%20Flores%20Castillo%20.pdf>. Acesso em 03 de mar. 2022).

17 Cristina Scheibe Wolff, O gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: Cristina Scheibe Wolff, et al. *Gênero, feminismos e ditaduras no cone sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010. p. 138-155.

18 A militante revela seu depoimento em entrevista anônima a Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro. Não foi possível encontrar referências sobre ela.

19 Cristina Scheibe Wolff, *Gênero, feminismos e ditaduras no cone sul*. p. 151.

20 Luis Felipe Miguel, *Feminismo e política*. p. 106-107.

Ademais, como nos lembra Wolff,<sup>21</sup> as mulheres ao escolher o caminho da luta armada, além de perder seu nome, família, amigos de infância, profissão, trabalho, manias e outras infinitas coisas, como qualquer outro militante, incorporavam, muitas vezes, comportamentos atribuídos à masculinidade, deveriam se inspirar no modelo da revolução: do homem viril. Os homens, pelo contrário, ao escolher participar da revolução, reforçavam o modelo de masculinidade, se espelhavam na figura viril de Che Guevara.<sup>22</sup> Desse modo, em vários países do Cone Sul, mulheres participaram de organizações armadas, assumindo os mesmos riscos que os homens, participando de ações ousadas, como por exemplo, sequestros e assaltos a bancos, todavia, nem sempre foram consideradas militantes independentes de estereótipos de gênero.<sup>23</sup>

Levando em consideração todo esse processo de hierarquia de gênero, uma estratégia utilizada por algumas mulheres foi a masculinização. Segundo Belej, Huerta, Martín e Silveira,<sup>24</sup> a masculinização foi uma alternativa encontrada pelas mulheres para alcançar níveis de igualdade em relação aos homens, tendo em vista que naquele momento as discussões das relações de poder referentes ao gênero não eram tratadas nos grupos da Nova Esquerda. Essas discussões eram vistas como práticas burguesas e antirrevolucionárias. Para Destuet e Valle,<sup>25</sup> as reivindicações dos grupos estavam relacionadas com o social; outras questões, como a discussão de gênero, por exemplo, eram secundárias. Segundo as referidas autoras, as próprias mulheres demoraram muitos anos para perceber que as problemáticas de gênero estavam diretamente envolvidas em seus contextos de atuação. Nessa perspectiva, para se sentirem contextualizadas à realidade das organizações armadas, adotaram, muitas vezes, condutas masculinas em suas experiências. De acordo com Wolff:

Eleonora<sup>26</sup> conta que, para ser uma das poucas dirigentes mulheres de sua organização “Eu me travesti de masculino. (...) Eu tinha atitudes masculinas, (...) Era decidida, determinada, forte, sabia atirar... (...) sendo que muitas mulheres sabiam isso tudo. (...) Transava com vários homens”.<sup>27</sup>

Como podemos notar, Eleonora se sentia útil na organização desempenhando “papéis masculinos”. Nessa perspectiva, seu comportamento pode ser compreendido, como algo estratégico,

---

21 Cristina Scheibe Wolff, *Narrativas da guerrilha no feminino (Cone Sul, 1960-1985)*. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 13, n. 2, p. 124-130, mai.-ago. 2009.

22 Cristina Scheibe Wolff, *Narrativas da guerrilha no feminino*, 2009.

23 Cristina Scheibe Wolff, *Machismo e feminismo nas trajetórias de militantes da esquerda armada no Cone Sul dos anos de 1970: um olhar do exílio*. In: PEDRO, Joana Maria *et al.* *Relações de poder e subjetividades*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011, p. 37-38.

24 Cecilia Belej; Silvia Escanilla Huerta; Ana Laura Martín; Alina Silveira, *Muestra gráfica mujeres en acción. Política y feminismos en la década de 1970*. In: DOMINGUEZ, Nora *et al.* *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005, p. 524-531.

25 Graciela Destuet; María Rosa Valle, *La visibilidad de la mujer en la creación política*. In: Nora Dominguez *et al.* *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria Editora, 2005. p. 407-432.

26 Eleonora Menicucci de Oliveira, nasceu em Lavras, Minas Gerais, em 1944, é Professora de Ciências Humanas em Saúde da Universidade Federal de São Paulo, atuou em grupo clandestino durante a ditadura, sendo militante da POLOP e da POC. Reside em São Paulo. (Eleonora Menicucci de Oliveira, *Mini-Biografia*. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro [digital]. Acervo LEGH/UFSC. Cárceres, MT, 14 de out. 2004. Disponível em: <https://archive.org/details/EntrevistaComEleonoraMenicucciDeOliveira>. Acesso em 03 de mar. 2022).

27 Cristina Scheibe Wolff, *Narrativas da guerrilha no feminino*, p. 129.



na medida que ao se “masculinizar” se sentia empoderada naquele espaço, onde ser forte, corajoso e viril eram atributos extremamente valorizados.

Em um outro depoimento citado por Wolff, Moriana Hernandez,<sup>28</sup> que integrou o Partido Comunista do Uruguai, afirma: “Eu fui homem! De alguma maneira para dizer que nós, as militantes de esquerda dos 60, havíamos assumido a militância tal como nos havia sido dada. E é claro, a militância era uma militância masculina (...)”.<sup>29</sup>

O caso de Morina é semelhante ao de Eleonora, já que para participar ativamente do processo revolucionário era imprescindível utilizar armas, ser forte e corajoso, se sentiam determinadas para atuarem de acordo com as condutas legitimadas pelas organizações. Dessa maneira, segundo Wolff, “(...) teriam que se provar capazes, talvez de maneira um pouco mais dura que seus companheiros homens, para quem a virilidade estaria já incorporada como um atributo de gênero. As mulheres teriam que se apropriar de atributos de gênero para se tornarem verdadeiras revolucionárias”.<sup>30</sup>

Partindo desse pressuposto, a análise de Judith Butler acerca dos *atos performativos* é fundamental para a compreensão dos papéis masculinizados assumidos por algumas mulheres. A incorporação de noções de masculinidade não deve ser entendida apenas como uma imitação do modelo-padrão masculino para ganhar aceitação e respeito entre seus companheiros homens, mas como uma estratégia de “sobrevivência” em termos de atuação política, em um espaço marcado pela valorização de ações violentas e onde ser viril, corajoso e forte eram características imprescindíveis para a militância em organizações armadas. Dessa forma, ao pensar o gênero como uma performance compreendemos a multiplicidade de possibilidades de ações dos sujeitos históricos, sem necessariamente tentar enquadrar esses sujeitos em esquemas binários, cujo resultado será sempre limitado. Nesse sentido, muitas mulheres performaram para além das normatizações disponíveis, não sendo, necessariamente, nem homens e nem mulheres, não assumiram nenhuma posição essencialista, se identificaram com algumas práticas em alguns momentos sem necessariamente se prender a elas permanentemente. Segundo Butler, “(...) o gênero é um projeto que tem como fim sua sobrevivência cultural, o termo estratégia sugere mais propriamente a situação compulsória em que ocorrem, sempre e variadamente, as performances de gênero”.<sup>31</sup>

Por fim, um outro aspecto que deve ser destacado, se refere à utilização de estereótipos femininos pelas próprias organizações e militantes para angariar benefícios. Como as noções de feminilidade estavam ligadas a uma série de comportamentos pré-estabelecidos, muitas militantes relataram que conseguiram sair de situações difíceis sem levantar suspeitas. Para Noguera, “A utilização de estereótipos genéricos tradicionais, como a mãe, a puta ou a namorada, foi explorada

---

28 Moriana Hernández nasceu em 1948 em Montevideu. Seu pai, o pintor Anheló Hernández, era secretário político do Partido Comunista em Tacuarembó e sua mãe, também militante comunista, havia sido secretária da Frente de Esquerda pela Libertação. Ainda jovem, passou a militar na Juventude Comunista do Uruguai e nas organizações estudantis de ensino médio e universitário. Sua militância a levou a ser presa durante a ditadura civil-militar uruguaia em 1975. De 1976 a 1984 foi para o exílio no México, onde se aproximou do feminismo. (GRAUER, Diego; CASARES, Rafael. Entrevista a Moriana Hernández. Archivo Sociedades en Movimiento. Uruguai, 31 de out. 2019. Disponível em: <https://asm.udelar.edu.uy/items/show/1852>. Acesso em 11 de nov. 2021).

29 Cristina Scheibe Wolff, *Narrativas da guerrilha no feminino*, p. 125.

30 Cristina Scheibe Wolff, *Narrativas da guerrilha no feminino*, p. 47.

31 Judith Butler, *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 199.

pelas organizações para não levantar suspeitas à hora de checar objetivos, gerar distração ou facilitar o acesso a lugares e pessoas”.<sup>32</sup> Dessa maneira, a “condição social feminina” era tão “naturalizada” que se tornou uma estratégia de atuação para alguns grupos. Cristina, militante citada por Noguera<sup>33</sup>, relata que se uma mulher levasse uma arma debaixo da manta de um bebê, ninguém desconfiaria de tal situação.<sup>34</sup>

A militante Elena, citada por Diana, relata como utilizou da “condição feminina” como estratégia. Segue seu relato:

(...) Peguei um ônibus com meu bebê e uma bolsa cheia de armas e material. Fiquei presa em um pino e pararam o ônibus. Quando chegou a minha vez, eu, que não tinha documentos, pedi ao policial que esperasse um momentinho porque não os achava na bolsa. Eu enfiava a mão e simulava procurá-los, mas quando mexia na bolsa escutava-se o barulho dos ferros que levava. No fim, pedi-lhe desculpas e disse que não os achava, e entre a carinha de circunstância, o neném que chorava e o sorriso, não sei, tudo ficou por isso mesmo<sup>35</sup> (tradução nossa).<sup>36</sup>

A respeito desse tipo de situação, vários relatos foram encontrados: muitas mulheres conseguiram sair de situações difíceis utilizando a “condição feminina”.

Enfim, consideramos, que mesmo com todas as formas de hierarquização de gênero presentes no interior das organizações armadas da década de 1970, foram significativas as mudanças sociais, principalmente no que diz respeito aos espaços destinados tradicionalmente às mulheres naquela sociedade. Para Noguera: “Tanto no ERP quanto em Montoneros podemos reconhecer uma ativa participação das mulheres que, no contexto da militância, quebraram os papéis tradicionais que as relegavam ao âmbito doméstico, para participar conscientemente na vida pública e política”<sup>37</sup>(tradução nossa).<sup>38</sup>

---

32 Ana Noguera, *La participación de las mujeres en la lucha armada*. Córdoba, Argentina, 1970-1973. *Taller* (Segunda Época), Buenos Aires, v. 2, n. 2, p. 9-22, jul. 2013, p. 19. Disponível em: [https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/101372/CONICET\\_Digital\\_Nro.4c6c4bc3-2689-4a94-a82a-cf0431700485\\_A-10-23.pdf?sequence=5&isAllowed=y](https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/101372/CONICET_Digital_Nro.4c6c4bc3-2689-4a94-a82a-cf0431700485_A-10-23.pdf?sequence=5&isAllowed=y). Acesso em: 4 de mar. 2020.

33 Ana Noguera optou por apresentar as militantes entrevistadas com a identidade utilizada na militância. Dessa maneira, os nomes apresentados se referem aos seus “nomes de guerra”. De acordo com dados divulgados por Noguera, Cristina tinha 66 anos quando a entrevista foi realizada, no ano de 2004 (Ana Noguera, 2013). Foi militante del PRT-ERP.

34 Ana Noguera, *La participación de las mujeres en la lucha armada*, p. 19.

35 Marta Diana, *Mujeres guerrilleras*. Buenos Aires: Planeta, 1997, p. 165.

36 “*Me subí a un colectivo con mi bebé y un bolso lleno de armas e material. Me agarra una pinza y paran el colectivo. Cuandome toca a mí, que no tenía documentos, le pido al policía que esperara un momentito porque no los encontraba en el bolso. Yo metía la mano y simulaba buscarlos, pero al revolver el bolso se escuchaba el ruido del fierrero que llevaba. Al final le pedí disculpas y le dije que no los encontraba, y entre carita de circunstancias, y nene que lloraba, y sonrisa, no sé ahí quedo*”.

37 Ana Noguera, *La participación de las mujeres en la lucha armada*, p. 22.

38 “*Tanto en el ERP como en Montoneros podemos reconocer una activa participación de las mujeres que, en el marco de la militancia, rompieron con los papeles tradicionales que las relegaban al ámbito doméstico, para participar conscientemente en la vida pública y política*”.

## Considerações Finais

A participação das mulheres na vida política, principalmente através das organizações armadas, proporcionou a superação de estruturas naturalizadas, em que o papel da mulher se restringia apenas ao âmbito doméstico.

Entretanto, fazer parte desses espaços não significou rupturas radicais com as lógicas de subordinação de gênero. Como vimos, as próprias organizações armadas, apesar de defenderem princípios de igualdade, liberdade e justiça social, reproduziam tramas de autoritarismo e subordinação de gênero.

Nesse contexto, ao revelar as especificidades das experiências das mulheres nesses espaços através dos seus depoimentos, compreendemos suas realidades e relações de poder estabelecidas e naturalizadas entre sujeitos históricos. Assim, contribuímos com a construção de uma narrativa historiográfica mais democrática e menos universal, que seja capaz de envolver múltiplos sujeitos e suas histórias.